

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*).

MOLLAT (Michel) (sob a direção). — *Le Navire et l'Economie Maritime du XVe au XVIIIe siècle*. S. E. V. P. E. N. Paris, 1957. 139 pp. 16 planchas.

Em 1956, com o auxílio da Academia de Marinha e da VI Secção da Escola Prática de Altos Estudos, o Comitê de Documentação Histórica fundou uma tradição. Reuniu em colóquio marinheiros e historiadores para confrontar e completar reciprocamente seus pontos de vista. Sob o título: *Le Navire et l'Economie Maritime du XVe au XVIIIe siècle*, Michel Mollat, professor da Universidade de Lille e Olivier de Prat, conservador dos Arquivos Nacionais de França, apresentam os resultados dessa reunião: sete comunicações acompanhadas do texto integral das discussões que elas suscitaram. O objeto desses trabalhos é a navegação oceânica sob diferentes aspectos. Se os problemas de conjunto são apresentados pelos marinheiros, Comandantes Denoix e Guilleux La Roërie, os historiadores e os navegadores apresentam certos aspectos fundamentais. Inicialmente o próprio navio: sua construção em Bordéus no século XVI, por Jacques Bernard, *agrégé* da Universidade; seus tipos, segundo uma série de reproduções curiosas, dos *graffiti* de Dieppe dos séculos XVI e XVII apresentados pelo próprio autor de sua descoberta, Henri Cahingt. Em seguida o problema das tonelagens, estudado inicialmente nos seus dados essenciais pelo Engenheiro Geral das Construções Navais P. Gille, depois, sob um dos seus aspectos, a "tonelada" espanhola nos séculos XVI e XVII por Pierre Chaunu, antigo membro do Instituto de Altos Estudos Hispânicos. Assim, um trabalho bem feito sobre as origens da navegação mostra muito bem que a ciência técnica pode se unir perfeitamente à mais perfeita erudição. A obra, prefaciada por Edmond Delage, presidente da Academia de Marinha, termina com algumas páginas de Lucien Febvre, as últimas, sem dúvida, quando o grande historiador reviu, de seu próprio punho, o texto antes de morrer; essas páginas têm o valor de um testamento e são um encorajamento.

E. S. P.

\*

MACEDO (Jorge de). — *A Situação Econômica no Tempo de Pombal. Alguns Aspectos*. Porto, Livraria Portugal, 1951. 311 pp.

A grande contribuição de Jorge de Macedo não reside apenas na crítica de uma das mais graves "enfermidades" da historiografia portuguesa, isto é, a perspectiva viciada na interpretação do período pombalino; o que mais valoriza sua obra é a penetrante explicação dos fenômenos político-econômicos daquela importante fase, através da análise das contradições internas da sociedade portuguesa em suas relações com o império colonial. Dêse modo, ultrapassa-se a simples tomada de consciência do ponto de vista errôneo, e se prepara a sua superação definitiva.

Denunciando, inicialmente (cap. I), com vigor, a insuficiência metodológica com que se vinha abordando o assunto, consistente em

(\*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

atribuir à ação pessoal do “grande homem” todos os fenômenos de seu tempo, vício de que não se eximiu mesmo Lúcio de Azevedo, o Autor nos conduz às idéias centrais de seu estudo: “a época chamada pombalina não é uma quebra, é uma continuação” (p. 34). A ação do ministro insere-se, desse modo, na linha geral da evolução portuguesa; no mais das vezes, é revivendo, sob nova roupagem, fórmulas já conhecidas que êle procurou solucionar os problemas do seu tempo. “Reorganização em Pombal quer simplesmente dizer reforço da organização existente” (p. 38; vide também pp. 67-68).

Dentro desta perspectiva, a exacerbação do poder absoluto e a centralização do Estado (cap. II) apresentam-se como o fundamento necessário para garantir a política econômica de monopólios e privilégios, seguida desde cêdo por Pombal: “era evidentemente necessário que as garantias dos monopólios fôsem eficazes e só o poderiam ser com um estado bem sólido” (p. 38).

Na política monopolista (cap. III), por seu turno, manifesta-se a preponderância dos interesses ligados à minoria dos usufrutuários mais poderosos do comércio português e colonial, a qual, já no início da época pombalina, rearticula-se fazendo orientar-se em seu proveito a ação do Estado. De fato, na primeira metade do século XVIII, em decorrência do grande desenvolvimento do comércio de escravos e de produtos tropicais, do incentivo comercial derivado do tratado de Methuen e, sobretudo, da mineração do ouro e diamantes no Brasil, aumenta consideravelmente o giro dos negócios com a prosperidade geral; por isso, desorganiza-se o sistema monopolista anterior (séc. XVII) — e novos setores da sociedade têm acesso ao usufruto do comércio externo, principal fonte da riqueza nacional. Os exclusivismos são levantados, enfraquecendo-se o estado absoluto. Porém, no meado de setecentos, os pródromos da crise criam condições para um revigoramento daquele núcleo mais poderoso da burguesia lusitana, que não fôra postergado mas apenas tivera de permitir a participação de outras camadas sociais nos lucros do grande comércio; e sob a pressão desse poderoso grupo de interesses, reestruturam-se os monopólios e se reforça o absolutismo. A análise da organização e funcionamento das companhias de comércio permite ao Autor ilustrar concretamente seu esquema de interpretação, bem como infirmar outros mitos como o da política anti-inglesa de Pombal ou sua hostilidade à fidalguia.

O exame da grande crise econômica (cap. IV), que se abre em 1762, com a retração dos mercados dos produtos coloniais e diminuição da produção aurífera, leva o Autor, na indagação das soluções tentadas a reafirmar seu ponto de vista: os métodos tradicionais adotados impedem uma solução satisfatória. A mesma ordem de cogitações orienta o último capítulo, em que se traça o panorama da situação agrícola do reino e se caracterizam os esforços do governo pombalino no terreno das atividades industriais.

Tôda a argumentação de Jorge de Macedo se esteia nas fontes diretas do período, demonstrando além disso domínio completo da bibliografia; dados abundantes ilustram o trabalho que, assim, tornou-se merecedor dos elogios do Prof. Vitorino M. Godinho que o considera “o melhor estudo de história econômica portuguesa deste último quartel”.